

Câmara de SP discutirá escala 6x1 no transporte público

Audiência vai debater impactos da jornada entre trabalhadores

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo realizará uma audiência pública para discutir a implementação, os impactos e as condições da escala de trabalho 6x1 aplicada aos profissionais do transporte público que atuam na capital paulista. O debate está marcado para o mês de junho e deverá reunir representantes do setor, trabalhadores e interessados no tema.

Segundo a convocação divulgada pela Câmara Municipal, a proposta da audiência é abrir espaço para discutir como o modelo de jornada (caracterizado por seis dias consecutivos de trabalho para um dia de descanso) afeta a rotina dos profissionais ligados ao sistema municipal de transporte coletivo. O encontro também pretende abordar possíveis efeitos operacionais e as condições de trabalho enfrentadas pela categoria.

O debate ocorre em um momento em que a discussão sobre jornadas de trabalho ganhou visibilidade em diferentes esferas do poder público no Brasil e entre entidades representativas de trabalhadores. Nos últimos meses, propostas relacionadas à revisão da escala 6x1 passaram a integrar agendas legislativas e mobilizações populares em diferentes regiões do país.

Transporte público

No caso do transporte público, o tema envolve uma atividade considerada essencial para o funcionamento da cidade. Em São Paulo, o sistema de ônibus é administrado pela gestão municipal por meio de contratos com empresas operadoras e atende milhões de deslocamentos diariamente, tornando o debate sobre organização das jornadas um tema com impacto potencial tanto para trabalhadores quanto para usuários do



Integrantes da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica do legislativo de SP

serviço de transporte.

A audiência será conduzida pela Comissão Permanente de Trânsito, colegiado responsável por acompanhar temas ligados à mobilidade urbana, transporte coletivo e atividade econômica no município. Além da discussão sobre condições de trabalho, o espaço poderá receber manifestações e contribuições da população e de representantes de diferentes segmentos relacionados ao setor.

Audiência pela internet

De acordo com as informações divulgadas pela Câmara, interessados poderão acompanhar a audiência pela internet, por meio dos canais oficiais do Legislativo municipal. Também haverá possibilidade de participação remota mediante inscrição prévia dentro do prazo estabelecido pela organização do evento. As inscrições para manifestações por videocon-

ferência ficarão abertas até o meio-dia do dia 10 de junho.

Propostas legislativas

O anúncio não detalha, até o momento, propostas legislativas específicas que possam resultar diretamente da audiência. A expectativa é que o encontro funcione como etapa de escuta pública para reunir avaliações sobre os efeitos do modelo 6x1 e subsidiar futuras discussões relacionadas às condições de trabalho dos profissionais do transporte coletivo da cidade de São Paulo.

Tema exige equilíbrio entre jornada de trabalho e descanso

Entre os pontos que costumam aparecer nesse tipo de debate estão questões ligadas ao equilíbrio entre jornada e descanso, impactos sobre produtividade, qualidade de vida dos trabalhadores e eventuais

reflexos na prestação do serviço à população. Esses temas devem ser tratados durante a audiência por participantes convidados e representantes do setor.

Além dos profissionais diretamente envolvidos na operação do transporte coletivo, a audiência também deve ampliar o debate sobre os impactos da organização das escalas no planejamento urbano e na continuidade do atendimento.

Especialistas e entidades do setor costumam apontar que mudanças em jornadas de trabalho exigem avaliação conjunta entre poder público, operadores e trabalhadores para equilibrar aspectos operacionais, custos e condições laborais.

A realização da audiência não implica, automaticamente, alteração nas regras atuais aplicadas às categorias do transporte público municipal. O encontro tem caráter consultivo e de discussão pública, servindo como instrumento para coleta de informações, posicionamentos e possíveis propostas.

Justiça manda retirar publicação de Tiago Santineli sobre vereador Lucas Pavanato

Divulgação/Câmara de SP

A Justiça de São Paulo concedeu tutela de urgência em ação movida pelo vereador Lucas Pavanato (PL) contra o humorista e influenciador Tiago Santineli, que se chama Tiago José dos Santos, e determinou a remoção de uma publicação feita na rede social X. A decisão foi assinada na quinta-feira (21) pela juíza Lizianne Marques Curto, da 2ª Vara do Juizado Especial Cível Central, em São Paulo.

Segundo os autos, Pavanato ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização por danos morais e tutela de urgência. O parlamentar alegou que, após um discurso realizado na Câmara Municipal em 13 de maio, Santineli compartilhou uma publicação que, segundo a ação, teria incentivado

violência contra o vereador. O processo menciona que o conteúdo alcançou centenas de milhares de visualizações nas redes sociais.

Na decisão, a magistrada registrou que agentes políticos estão sujeitos a críticas e maior exposição pública em razão da atividade exercida, mas afirmou que existem limites jurídicos para manifestações públicas quando elas envolvem incentivo à violência.

Ao analisar o caso em caráter preliminar, a juíza entendeu que o conteúdo questionado ultrapassou o campo da crítica política. Na decisão, consta que há "diferença qualitativa essencial entre a crítica política, ainda que áspera, exagerada ou parcial, e a convocação explícita à prática de violência física contra pessoa determinada".

O despacho também afirma que



Pavanato alegou que publicação incentivou violência

a frase atribuída ao influenciador "esse playboy tem que ser linchado na rua", configuraria, em análise inicial do caso, incentivo à agressão física e não encontraria respaldo jurídico. A magistrada destacou ainda

o alcance das redes sociais do réu e apontou que comentários na publicação reproduziam mensagens defendendo agressões contra o autor da ação, o que, segundo o entendimento judicial, ampliaria o risco

apontado no pedido.

Com isso, a Justiça determinou que a plataforma responsável pelo X torne indisponível o conteúdo indicado no processo no prazo de cinco dias. A decisão prevê que a empresa poderá responder civilmente em caso de descumprimento da ordem judicial.

O réu também foi intimado para cumprir a medida. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 1 mil, limitada inicialmente a R\$ 10 mil. O processo seguirá tramitando no Juizado Especial Cível e deverá observar as etapas previstas no rito, incluindo audiência de conciliação.

O Correio da Manhã procurou Tiago Santineli para comentar a decisão judicial, mas não recebeu retorno até a conclusão desta reportagem.